

MUNDO

Jornal Giramundo . nº 24 . Ano 08 . Novembro de 2008

BRASIL



**O Brasil está
longe de erradicar
o trabalho infantil**

EDITORIAL

Em Julho de 2008 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 18 anos – atingiu a “maior idade”, porém, necessita ainda de atenção, respeito e investimento. O ECA é composto por 267 artigos destinados única e exclusivamente à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, porém esta Lei não vem sendo executada como deveria, e isso é apontado na nossa vida diária, quando vemos ainda e em grande número, crianças e adolescentes vítimas das mais terríveis agressões, como por exemplo: maus-tratos, trabalho infantil, violência sexual... e até, mortes.

Nestes 18 anos do ECA não há muitos motivos para comemoração, mas sim de discussão e reflexão, pois assim como as crianças e os adolescentes brasileiros estão a cada dia sendo massificados pela mídia e pela sociedade, o ECA também grita por socorro para que sua Lei possa ao menos ser executada.

Após as comemorações do Dia das Crianças, o Giramundo apresenta duas formas de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes: O trabalho infantil e a violência sexual. Na Região Sisaleira o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) retirou milhares de crianças do trabalho insalubre. Hoje, 10 anos após a implantação do PETI, pesquisas apontam números alarmantes revelando ser necessário mais compromisso e investimento para a efetivação dos direitos assegurados. Sobre a violência sexual, você confere que o medo ainda é o principal empecilho para ajudar na identificação de casos, mas, pouco a pouco as pessoas estão começando a denunciar.

Ainda nesta edição, o Gira traz uma entrevista com Eliana Carneiro, coordenadora do Programa de Criança e Adolescente do MOC e que em parceria com algumas entidades existentes nos Territórios Bacia do Jacuípe e Sisal, vão desenvolver o projeto Construindo Direitos e Fortalecendo Redes, uma estratégia de suporte, voltada para as ações que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes no estado da Bahia.

Boa Leitura!



Associação de Monitores do PETI completa um ano de atividades

No mês de setembro, a Associação Estadual dos Educadores Sociais do PETI (Amopeti) completou um ano de atividades. Localizada na cidade de Feira de Santana, a Associação conta hoje com mais de 500 monitores associados. De acordo com Valter de Jesus, secretário da Amopeti, um grande avanço nestes 12 meses foi conseguir provocar o Governo do Estado da Bahia em relação aos monitores, que em janeiro de 2009 têm seus contratos vencidos. Valter afirma que as perspectivas são boas, pois o Governo apontou ser de interesse deles absorver e manter os monitores, além de investir nas capacitações.

Educação para o enfrentamento à violência sexual

Formado por três educadores, dois psicólogos, um advogado e uma assistente social, o CREAS Sentinela de Feira de Santana, na Bahia, é um conjunto de ações sociais especializadas dirigidas a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual e que trabalha em parceria com o Conselho Tutelar e o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS). O Sentinela desenvolve um trabalho de atendimento tanto na unidade como nos bairros. Primeiro, a área do município é mapeada e os dados são levantados e só então é feita a análise da situação. Se

forem identificados casos de violência inicia-se um trabalho de palestras, oficinas, feiras de saúde, e é estabelecido o contato com as escolas. De acordo com a educadora da unidade, Aldisa Malafaia, é essencial um trabalho de aproximação no primeiro momento, porque é comum o estranhamento inicial das pessoas que procuram sempre se fechar nestes casos. “Primeiro tentamos mostrar o que temos para oferecer, levando a intenção de ajuda, para depois sermos referência a ponto de entrarmos no campo das visitas domiciliares”, explica.

Conselho Tutelar faz a diferença no município de Candéal

Criado em novembro de 2007, o Conselho Tutelar do município de Candéal está tentando fazer a diferença. Cinco jovens têm a difícil missão de sensibilizar a população sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Em menos de um ano de implantado, o Conselho Tutelar realizou campanhas para arrecadação de agasalhos, alimentos e ajudou a emitir documentos de crianças que ainda estavam sem o registro. De acordo com a presidente do conselho, Lindiane de Oliveira, as pessoas já atentaram para o papel do conselho. “Através da nossa ação, as pessoas estão compreendendo que a criança é prioridade. Hoje, as pessoas e as próprias crianças sabem onde recorrer quando precisarem de ajuda”, afirma a presidente. Durante o mês de outubro, os conselheiros estarão visitando as escolas do município participando de um ciclo de palestras sobre drogas, violência, família e sexualidade. O ciclo é uma parceria do Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação e Polícia Militar.

ESPAÇO DO LEITOR

Leia Bastante

Foi uma história com emoção,
Foi uma leitura alto astral,
Foi uma leitura com prazer,
Foi muito mais, foi tudo.

Mas do que eu podia imaginar,
Mas que tudo que eu sempre sonhei,
Quando eu vi o Baú chegar,
Pensei, ganhei o mundo. Ô, U, ÔU, Ô....

Só que os livrinhos preparou,
Umahistorinhas para nos encantar,
E conseguiu, eu sei.

Sei que foi muito legal eu ler,
Eu te peço pelo bem da educação,
Leia bastante.

Refrão: Meu Baú se não fosse você,
Não gostava de ler,
Nem tão pouco de escrever (Bis)

Paródia produzida pelas estudantes Djane, Fabricia, Franciele, Karina e Jacira, do município de Nova Fátima.



Realização: Movimento de Organização Comunitária Produção e Coordenação: Programa de Comunicação do MOC Programa de Comunicação do MOC: Daiane Almeida, Klaus Minhuber, Lorena Amorim, Nayara Silva e Raquel Pinto. Diagramação e Design: Karime Salomão Apoio: UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Instituto Simões Filho / A Tarde Fale Conosco: MOC - Movimento de Organização Comunitária: Rua Pontal 61, Cruzeiro CEP: 44.017-170 Feira de Santana/Ba, tel: (75) 3322.4444 fax: (75) 3322.4401 e-mail: comunica@moc.org.br site: www.moc.org.br

Vozes silenciadas

Mesmo com as campanhas realizadas pela sociedade e governo, o medo ainda é principal entrave para denúncias

De forma anônima, com iniciativas tímidas, as pessoas estão rompendo as barreiras e começando a denunciar com mais frequência os casos de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Mas, em muitas localidades onde o incentivo de campanhas não chegam, o principal empecilho - o medo, por muito tempo silenciou vítimas e familiares, que através de campanhas e ações de entidades voltadas ao apoio não somente a criança e o adolescente, mas, da família, começam a conscientizar-se da importância de denunciar estes casos.

Segundo Margarida Maria Lucio Teixeira, assistente social do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do município de Pintadas, no Território Bacia do Jacuípe, essa situação vem mudando aos poucos. “Eu percebo pela intensidade das campanhas e palestras que as pessoas estão buscando mais os serviços, mesmo de forma anônima”, afirma.

De acordo com dados do Ministério Público do Estado, a Bahia ocupa um dos primeiros lugares em número de denúncia através do Disk 100. A coordenação da Infância e Juventude, do Ministério Público da Bahia, informou que não existe a sistematização desses dados por região. Até o mês de maio deste ano, foram realizadas 722 ligações denunciando casos de violência sexual na Bahia. Para Margarida Teixeira, a família é o local onde a maioria desses casos acontece e aponta o porquê. “Acredito que a desestrutura

familiar está na raiz do problema. A violência ela não é somente física, ela é moral e psicológica também. Isto está diretamente ligado à questão da vulnerabilidade econômica e social, mas, sem dúvida, se há uma desestrutura, ela é de ordem familiar”, explica.

O trabalho dos Conselhos Tutelares

Desde a sua criação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu parâmetros para uma renovação das políticas e programas de atendimento das crianças e adolescentes no Brasil, propondo, entre outras inovações, os Conselhos Tutelares. Os Conselhos Tutelares têm como função atender crianças e adolescentes cujos direitos foram violados ou ameaçados, atender pais e responsáveis aplicando medidas pertinentes e mobilizar o Ministério Público e demais autoridades judiciárias para a adoção de medidas de proteção.

Trabalho como este vem sendo desenvolvido no município de Riachão do Jacuípe, onde a equipe composta por quatro conselheiros trabalha em parceria com a comunidade, o CRAS e o Ministério Público. O conselho recebe denúncias de violação dos direitos da criança em diversos graus. Os mais comuns são de maus tratos, 11 casos; agressão física por parte dos pais, 9 casos; abuso sexual cometido por alheios a família, 4 casos;

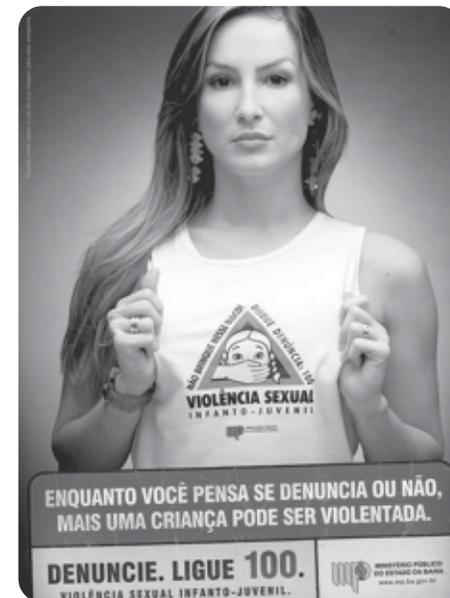
espancamento por parte dos pais, 3 casos. O balanço dos dados é feito a cada três meses. De acordo com o conselheiro Juarez Oliveira de Carneiro, estes dados são referentes aos meses de fevereiro a maio, o que representa um aumento de 50% se comparado ao período anterior.

O conselheiro ressalta que, apesar de muito dos casos de abuso e violência sexual acontecerem dentro da própria família, a ausência de dados a este respeito é um forte indicador de que o medo ainda é um empecilho. “Há dois anos exerço a função de conselheiro no município e nunca recebi uma denúncia de violência sexual por parte dos familiares ou da figura do pai, isto pode ser um demonstrativo de que ainda há uma cultura do medo e do silêncio calando as pessoas”, acrescenta.

O Conselho Tutelar não tem mecanismos para punir os infratores. Uma vez recebida a denúncia, é elaborado um documento para ser encaminhado ao Ministério Público. No último trimestre, três dos acusados por crime de abuso estão presos. “Se pararmos para analisar, em 1979 surge o Código do Menor que mais reprimiu do que o ajudou. Em 1990 surge o ECA, e esse cumpre um papel, a implementação dos conselhos numa palavra foi fundamental, porque é local de orientação da família na mediação do conflito”, ressalta Juarez Oliveira sobre a importância dos conselhos.

Como denunciar através do DISK 100

O serviço do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes é coordenado e executado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Por meio do Disk 100, o usuário pode denunciar violências contra crianças e



Cartaz da Campanha de Combate à Violência Sexual desenvolvida pelo Ministério Público da Bahia.

adolescentes, colher informações acerca do paradeiro de crianças e adolescentes desaparecidos, tráfico de pessoas – independentemente da idade da vítima, e obter informações sobre os Conselhos Tutelares. Os casos são repassados ao Ministério Público dos estados para investigação.

O serviço funciona diariamente de 8h às 22h, inclusive nos finais de semana e feriados. As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização, conforme a competência, num prazo de 24h. A identidade do denunciante é mantida em absoluto sigilo.

Campanha Pública contra a Pornografia Infantil na Internet

Colocar fotos de conteúdo sexual envolvendo crianças ou adolescentes na Internet, segundo o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é crime. Se você encontrou alguma página na Internet com imagens de crianças e/ou adolescentes submetidos a situações constrangedoras, poses sensuais ou atos sexuais, **denuncie!** Copie o endereço da página e envie webmasterbrazil@unicef.org. Não envie fotos, pois você poderá ser acusado de repassar material pornográfico infantil.

Saiba a quem recorrer em caso de suspeita de violência sexual infanto-juvenil:

Conselhos Tutelares – Os Conselhos Tutelares foram criados para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes. A eles cabe receber a notificação e analisar a procedência de cada caso, visitando as famílias. Se for confirmado o fato, o Conselho deve levar a situação ao conhecimento do Ministério Público.

Varas da Infância e da Juventude – Nos municípios onde não há Conselhos Tutelares, as Varas da Infância e da Juventude podem receber as denúncias. Outros órgãos que também estão preparados para ajudar são as **Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente** e as **Delegacias da Mulher**.

O Brasil está longe de erradicar o trabalho infantil

No Nordeste, a Bahia lidera a lista dos estados com maior índice de exploração da mão-de-obra infantil

“Quatro anos de muita experiência e aprendizado”. É assim que Rafael Bruno Miranda, morador do município de Candeal, resume sua vivência no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Aos 19 anos de idade, o menino que ajudava a avó no mercado e não gostava de ler, hoje trabalha na secretaria da Escola Estadual Wilson Falcão.

A história do jovem com o PETI teve início em 2001, quando tinha 12 anos de idade. Ele conta que foi a partir do Programa que despertou para o hábito da leitura. “O que eu mais gostava era do Baú de Leitura, que não deixava que a leitura fosse uma coisa chata. Várias coisas em mim começaram a desenvolver. Como eu não gostava de ler, não me mantinha informado. Passei a ler mais e de cada coisa eu queria conhecer um pouquinho. Deixei de ser limitado”. Apaixonado pela metodologia do Baú de Leitura, Rafael Miranda realizou oficinas de leitura na escola onde trabalha e conseguiu obter um ótimo resultado.

Com o PETI, o jovem fez novas amizades e teve excelentes oportunidades. Hoje, os textos escritos pelo egresso são trabalhados em oficinas de sensibilização e formação de educadores que trabalham com a metodologia do Baú de Leitura. Muito à vontade, Rafael Miranda afirma que o PETI cresceu, mas, faz uma

ressalva. “Eu não troco a minha época, pela época de hoje”.

“O PETI já foi PETI” – Implantado pelo Governo Federal no ano de 1997, o PETI na Bahia teve uma atuação diferenciada devido à relação estabelecida entre o poder público e a sociedade civil. Até o ano de 2006, o estado da Bahia era referência no combate ao trabalho penoso e insalubre. No entanto, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2006), a Bahia lidera o ranking da Região Nordeste no que diz respeito ao aumento do Trabalho Infantil.

No município de Candeal, localizado na Região Sisaleira, 156 crianças freqüentam as sete Unidades da Jornada Ampliada existentes. No entanto, 22 crianças deixaram de freqüentar as jornadas. Para a coordenadora das ações sócioeducativas, Ivonete Carneiro, a migração do PETI para o Bolsa Família fez com que o Programa perdesse a sua característica. “Com a migração, a família não se preocupa se o aluno está freqüentando a escola, isto porque ela vai receber o benefício do mesmo jeito. Eu considero o PETI de hoje um programa assistencialista”, afirma a coordenadora.

Dados do trabalho infantil no Brasil

- Ainda existem 2.500.842 crianças e jovens de 5 a 15 anos trabalhando;
- Em 2007, 1.044.000 crianças de 7 a 15 anos não freqüentavam a escola;
- Mais de 600 mil crianças estariam possivelmente impedidas de freqüentar a escola por estar desenvolvendo atividades de trabalho ou atividades domésticas;
- As crianças de 7 a 15 anos, quando estudam, trabalham em média 20,1 horas por semana. Quando não freqüentam a escola, as crianças trabalham em média 35,3 horas por semana. As crianças que não estudam, trabalham em média 40 horas por semana;
- 65% das crianças que trabalham e estudam não recebem pagamento pelo trabalho;
- 45% das crianças que apenas trabalham também não recebem pagamento;
- As crianças com idade entre 7 e 15 anos que trabalham e estudam recebem pagamento mensal médio de R\$ 151.

Fonte: PNAD 2007



De
levantam
Institu
Socioeco
em 2007
milhões
PETI. Em
rec
R\$ 2

erradicar

Acordo com o Conselho de Estudos Econômicos (Inesc), haviam R\$ 376,8 milhões destinados para o ano 2008, o valor foi reduzido para R\$ 86,4 milhões.

Ivonete também fala da participação da sociedade civil, fundamental para o crescimento do Programa no município, e que em 2006 conseguiu dar visibilidade ao desvio de recurso do Programa. Na época, a organização dos atores sociais fez com que a imprensa repercutisse e ajudasse na busca de solução para o caso. Dois anos depois, a educadora sente falta desta atuação e reclama da extinção do grupo gestor. “A participação da sociedade civil esfriou bastante. Não acompanha mais como antes, quando existia o grupo gestor e pessoas atuando com o programa, elas se sentiam na responsabilidade de acompanhar, de saber como o dinheiro estava sendo utilizado, como os monitores estavam trabalhando”.

Integração entre PETI e Bolsa Família, mudanças na Política Nacional de Assistência Social, extinção de iniciativas de educação familiar, fragilidade da Comissão Estadual, diminuição de recursos. Estes são alguns dos desafios enfrentados pelo Programa e que tem repercutido no trabalho direto com as crianças. Em Candeal, apesar da dedicação dos monitores, educadores, as jornadas ampliadas deixaram de ser atraentes. “Tem crianças que dizem não ver a hora de completar 16 anos. Antes elas freqüentavam por prazer. Alguns chegam a dizer que o PETI já foi PETI. Falta sensibilização dos gestores públicos para a garantia do programa nos municípios”, revela a educadora Ivonete Carneiro.

Egressos que voltam –

Apenas 8 km de estrada de chão separam o povoado São Francisco da sede do município de Nova Fátima. No momento da visita, os alunos estavam fazendo pintura e artesanato para exibição durante a VI Mostra de Leitura, Arte e Cultura. No entanto, a turma orientada por Erisvaldo de Andrade, não é uma turma comum. Três egressos do PETI resolveram voltar a freqüentar o espaço da jornada ampliada.

Com 15 anos de idade e cursando a 7ª série do ensino fundamental, Elias Moreira dos Santos Neto diz que a vida melhorou depois do PETI. “Trabalhava na plantação de sisal e era muito ruim ficar ao relento, acordar muito cedo.

Mais fiscalização

De acordo com Erione Guimarães, coordenadora do Baú de Leitura em Nova Fátima, muitas crianças estão abandonando a escola para trabalhar como carregadores e principalmente nas plantações de sisal.

Perigo no abatedouro de Candeal

Em Candeal, crianças com idade entre 10 e 15 anos estão trabalhando no matadouro municipal, abatendo boi. Apesar do Ministério Público ter sido acionado, as crianças permanecem trabalhando nas noites de sexta-feira.



... ia para a escola cansado. Então resolvi parar e só estudar. Hoje a vida é muito melhor”. Ele conta que ainda continua participando do Programa porque gosta das brincadeiras e de estar próximo dos amigos.

Para o coordenador das ações sócioeducativas do município de Nova Fátima, Erisvaldo de Andrade, depoimentos de alunos como Elias ajudam a superar os obstáculos do Programa, como a falta de material didático e as dificuldades na manutenção do lanche e

almoço. O último levantamento feito por Erisvaldo, mostra que 301 crianças estão sendo atendidas. Ele afirma que foi necessário fazer muitos ajustes para que a alimentação fosse garantida, pois, na maioria dos casos, esta é a oportunidade das crianças se alimentarem adequadamente. “Fornecemos carne uma vez por semana. Tivemos que

substituir por salsicha e carne vegetal”, diz Erisvaldo.

Sobre a mudança no quadro do trabalho infantil na Bahia, Erisvaldo de Andrade é enfático ao dizer que a sociedade se acomodou. “O poder público e a sociedade civil pensou que estava tudo bom, que não precisava melhorar, e nos acomodamos. O encontro regional, que era o momento de nos reunirmos para apontar e discutir o que fazer, foi extinto”.

Há mais de um ano, Erisvaldo de Andrade também luta contra outro problema. As famílias de Edynoe Silva, 13 anos, e Laiane Borges, 14 anos, apesar de atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), não estão recebendo o benefício do Bolsa Família. Os dois afirmam continuar freqüentando a jornada porque mesmo com todas as dificuldades, é um espaço de aprendizado e de fazer novos amigos.

O Brasil ainda está longe de encontrar uma solução para o trabalho infantil. As jornadas ampliadas estão fragilizadas e sem condições de desenvolver um trabalho de qualidade. Apesar do esforço e da dedicação de alguns monitores e coordenadores, muitas crianças ao deixarem o PETI, não têm o mesmo destino do Jovem Rafael Bruno. Muitas estão voltando ao trabalho insalubre por falta de oportunidades.

Segundo dados da PNAD 2006, neste ano haviam 714 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na Região Nordeste. Somente no Estado da Bahia, 500 mil crianças e adolescentes exerciam trabalho penoso e insalubre.

Lançando redes para a construção da cidadania

Partindo de uma iniciativa do Movimento de Organização Comunitária (MOC), em parceria com a Petrobrás e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA), o Projeto **Construindo Direitos e Fortalecendo Redes**, configura-se como mais uma estratégia de suporte, voltada para as ações que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes no estado da Bahia. Conceição Eliana Carneiro, coordenadora do Programa Criança e Adolescente do MOC, conta em entrevista um pouco mais sobre as características e perspectivas do projeto.

Jornal Giramundo - O Projeto Construindo Direitos e Fortalecendo Redes fundamenta-se como uma alternativa de proteção aos direitos da criança e do adolescente. Dentre as propostas já sistematizadas, como você apresenta o projeto?

Eliana Carneiro - O projeto visa contribuir para a sensibilização e conscientização das pessoas com relação às questões do trabalho infantil, especialmente no estado da Bahia, visto que este é o quarto maior estado do país em número de crianças e adolescentes trabalhando. Ele vai buscar a conscientização para o fortalecimento de redes e ações existentes na linha de erradicação do trabalho infantil.

JG - O que são estas redes e de que forma será feita esta conscientização?

EC - São redes de proteção à criança e ao adolescente. Para fortalecê-las, vamos trabalhar com conselheiros de criança e adolescente, conselheiros tutelares, conselheiros de assistência social, monitores, coordenadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e atores sociais dos municípios. Nos municípios onde já existem as redes, elas serão reforçadas. No entanto, nos municípios que ainda não possuem a intenção é construir e

desenvolver. Além disto, através de capacitações, reuniões e assessorias, vamos mobilizar pessoas do poder público e da sociedade civil para elaboração de planos municipais de atendimento à criança e ao adolescente, sempre enfatizando a questão da erradicação do trabalho infantil.

“Contribuir e trabalhar para a erradicação do trabalho infantil, através de ações que façam com que os cidadãos percebam que as crianças e os adolescentes têm os seus direitos garantidos e que estes direitos devem ser respeitados pela sociedade e pelo estado”.

Eliana Carneiro

JG - Quais municípios são contemplados com o projeto?

EC - O projeto Construindo Direitos e Fortalecendo Redes vai atuar em 14 municípios dos Territórios Bacia do Jacuípe e Sisal. São eles: Conceição do Coité, Candeal, Itiúba, Nordestina, Retirolândia, Santa Luz, Valente, Cansanção, Ichu, Nova Fátima, Pé-de Serra, Riachão do Jacuípe, Gavião e Capela do Alto Alegre.

JG - As crianças e os adolescentes também vão participar das sensibilizações? Quem será o público-alvo?

EC - Na verdade não há um trabalho direto com crianças e adolescentes. Será um trabalho voltado para monitores, coordenadores de monitores, conselheiros de direitos,



conselheiros tutelares, conselheiros de assistência social e demais atores sociais, que porventura estejam participando, ou venham participar das redes de proteção à criança e ao adolescente. Trabalhando diretamente com este público, pretende-se que eles multipliquem as experiências com as crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, pois existe uma timidez dos pais em participarem dos processos de educação e de garantia de direitos da criança e do adolescente. Em alguns municípios o PETI apresenta um trabalho voltado para as famílias. Para fortalecer ainda mais esta ação, a nossa proposta é capacitar e incentivar os monitores para a realização de atividades com os pais a partir da questão dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

JG - Qual a sua análise a respeito desse afastamento das famílias?

EC - O afastamento acontece devido a pouca informação que chega até às famílias. Há três anos o MOC teve uma experiência com o projeto agente de família, que prestava uma assessoria direta, incentivava e acompanhava a participação das famílias. Através deste projeto, as famílias entendiam que a participação deles era importante para garantir os direitos de seus filhos e deles mesmos.

Com a ausência do projeto descobrimos, a partir de uma avaliação, que as famílias recuaram e não estão mais recebendo informações.

JG - Quais os conteúdos que serão trabalhados nas oficinas com os conselheiros e monitores?

EC - O conteúdo contempla o sistema de garantia de direitos, importância do que é direito, orçamento público e participação. Também vamos trabalhar o papel do monitor e do conselheiro, a importância deles no município, sua participação e como cada ator social dará sua contribuição.

JG - Estabelecer parcerias contribui com os resultados da ação. Nestes municípios, haverá a participação de outras entidades?

EC - Serão nossos parceiros os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Conselhos de Assistência e de Direitos da Criança e do Adolescente, igrejas e organizações locais, pessoas que já desenvolvem nos municípios atividades voltadas à criança e ao adolescente, além de representantes da Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, educadores sociais e secretários municipais.

JG - Com tantas ações realizadas em prol da erradicação do trabalho infantil, como você avalia a questão da mão-de-obra infantil atualmente?

EC - Ainda há uma carência de sensibilização por parte das famílias, por parte das pessoas que utilizam a mão-de-obra infantil. Desta forma, visa-se buscar a participação dos empregadores da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), e representantes do comércio local nas atividades de sensibilização e de conscientização. Isto porque, percebe-se que a quantidade de meninos e meninas empregados no comércio local é muito grande. Apesar do PETI existir há dez anos, a sensibilização ainda faz-se necessária.

Educomunicação nas escolas do campo

Mais do que uma metodologia, um instrumento de participação política

Como parte da proposta de democratizar a comunicação, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) desenvolve desde 2005 ações de educomunicação nas escolas do campo. Dentro dessa proposta, os educadores são estimulados a trabalharem a produção de mídias educativas como programas de rádio, boletins e jornal mural, incentivando a participação ativa de crianças e adolescentes nos processos de construção desses meios e o protagonismo infanto-juvenil. Ao mesmo tempo, os educadores promovem debates e a reflexão crítica dos conteúdos veiculados na grande mídia. “Depois que iniciamos o trabalho de educomunicação, aliado a realidade de cada aluno, percebemos uma mudança significativa em sala de aula, principalmente no olhar destes em relação aos meios de comunicação que consomem”, afirma Joelma Santos, Coordenadora de Educação do Campo no município de Valente.

Desde 2006, o MOC aceitou um desafio: Incluir a educomunicação no dia-a-dia escolar de 10 escolas com metodologia do campo. As escolas foram selecionadas pelos coordenadores municipais do projeto Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo (CAT) dos municípios de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente, sendo que os próprios municípios foram os responsáveis pelas escolhas das escolas, turmas e professores. Atualmente são capacitados cerca de 58 educadores do campo que aplicam em sala de aula o resultado das oficinas práticas desenvolvidas em parceria com as prefeituras locais.

Adriana Oliveira, educadora do município de Retirolândia, acredita que esta metodologia permite discutir em sala de aula e na comunidade, o



Estudantes soltam a voz durante gravação do programa de rádio

que se pensa e sente em relação ao mundo. “A educomunicação nos faz refletir sobre a nossa vida, a dos outros e ao mundo que nos rodeia, não importando idade, sexo, credo ou condição social. Entendo que não é necessário ser jornalista para debater e fazer a comunicação, pelo contrário, a educomunicação nos dá liberdade de exercer plenamente o nosso direito a uma comunicação verdadeiramente democrática”, relata.

Além de serem capacitados, os educadores do campo também participam de espaços políticos na área da comunicação, como por exemplo, o Comitê Regional de Democratização da Comunicação, responsável pela gestão do Plano de Desenvolvimento Territorial que contempla diversas ações nessa área, dentre elas, o desafio de inserir a educomunicação como uma política pública de

desenvolvimento para os municípios. Fazer educomunicação ou realizar práticas educacionais, possibilita construir um novo discurso e experimentar uma outra forma de convivência social, onde os processos são mais importantes que os produtos. Nesse contexto, a educomunicação, é,

antes de tudo, uma proposta de organização social essencialmente diferente da que estamos inseridos.

Resultados e Desafios - Como resultado dos três anos de trabalho, os alunos das escolas do campo estão produzindo jornal mural e boletins (Fanzine), além de produzirem e apresentarem programas de rádio voltados para a realidade local. Na comunidade de Encruzilhada, município de Valente, as crianças e adolescentes têm acesso à internet em sala de aula o que permite maior aproximação com os meios de comunicação.

No município de Retirolândia, no mês de setembro os alunos das comunidades de Alecrim, Bastião,

Vargem e Vista Bela estiveram visitando a sede da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e o estúdio da rádio comunitária Estrela FM. A visita foi proposta pelos educadores que trabalham com a metodologia de educomunicação, como forma dos alunos conhecerem de perto o dia-a-dia de uma rádio e o funcionamento de uma agência de notícias. Neste mesmo dia, os alunos puderam conferir os programas de rádio produzidos por eles e que foram veiculados na rádio comunitária.

São inúmeros os desafios, mas a vontade de mudar a realidade da comunicação nessa região demonstra ser mais forte. Recentemente foi aprovado pela Petrobras, um projeto que garante a capacitação de jovens comunicadores na área de comunicação e educação e a formação continuada de educadores do campo. Além das capacitações, o projeto garante a instalação de rádios-poste em comunidades rurais, excluídas dos grandes meios de comunicação. A proposta surgiu da necessidade de se criar alternativas para que os sujeitos tenham espaço garantido desde a concepção até a criação dos meios de comunicação.



Pequenos ouvintes em visita a espaços de comunicação comunitária de Retirolândia

Monitores expõem talentos durante capacitação

O trabalho realizado pelos monitores do PETI é avaliado e atualizado em Curso de Capacitação

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem se demonstrado espaço de grandes construções e descobertas. Além de contribuir para a formação de crianças e adolescentes, que ao longo desses 10 anos vem construindo uma trajetória de sucesso nos mais diversos espaços sociais, o programa é um estímulo não somente para alunos, mas também para os monitores.

No mês de setembro, na cidade de Feira de Santana, através do convênio entre o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES), os monitores participaram de uma capacitação sobre a política Nacional de Assistência Social e Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, momento também de avaliar as ações sócioeducativas da Jornada Ampliada. Além da reflexão sobre o trabalho desenvolvido pelos monitores, as oficinas são espaços de explorar a criatividade de cada um deles.

Os talentos dos monitores - Um grupo de monitores, a partir da prática em seus municípios, se uniram e construíram uma paródia sobre mitos e lendas brasileiras. A atividade faz parte da metodologia de trabalho de uma das oficinas realizadas durante o curso, a Oficina de Educação Contextualizada e incentivo à leitura lúdica e crítica, onde aconteceram

atividades pedagógicas e lúdicas na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Outras oficinas discutiram a Política Nacional de Assistência Social e o Processo de Desenvolvimento Econômico Infantil.

Para os monitores, desenvolver atividades envolvendo música, teatro, paródias nem sempre foi algo fácil como conta Maria Irene Alves dos Santos, monitora de Teofilândia. “A minha vida mudou depois do PETI, eu descobri em mim habilidades que antes eu nunca imaginava que tinha, mudou minha forma de pensar e conviver com as pessoas. Descobrimos que temos bons pintores, desenhistas, parodistas, contadores de história. Através do PETI e dos alunos eu me despertei, se eu não fosse educadora leitora eu jamais teria a oportunidade de me descobrir, hoje eu me apresento em público, canto, faço coisas que eu não fazia antes”, afirma Maria Irene que está há sete anos no Programa.

Os monitores não são professores, mais a sua presença junto aos alunos é de fundamental importância para o desenvolvimento da criatividade das crianças e dos próprios monitores. Vilma Dantas dos Santos, monitora da aldeia indígena Kaimbé Massacará, de Euclides da Cunha, ressalta que a aldeia mudou muito depois do PETI, além de debaterem o Estatuto da Criança e do Adolescente, que antes não era conhecido, as

crianças desenvolvem atividades como coral, peças, dança, e os próprios monitores desenvolvem seus talentos.

Segundo Bernadete Carneiro, coordenadora do curso e técnica do Programa de Educação do MOC, há aproximadamente seis anos os monitores do município de Euclides da Cunha não eram capacitados, e os de Teofilândia há quatro anos. “É muito motivador, estimulador para os monitores estarem renovando seus conhecimentos, avaliando suas práticas pedagógicas e trocando experiências”, afirma. O convênio foi firmado para atender a 450 monitores dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina e Feira de Santana no Portal do Sertão, dos quais 150 já foram capacitados.

Incluindo esses 450 monitores, o MOC realiza um acompanhamento pedagógico a 1.776 monitores desses quatro territórios. No mês de outubro, participaram dos cursos os monitores do município de Jacobina. Já o trabalho realizado com as Comissões Municipais de Enfrentamento ao Trabalho Infantil (COMETIS), que também fazem parte do convênio, terá suas atividades retomadas a partir de 2009, devido ao período das eleições municipais.



Mitos e Lenda brasileiras

Mitos e lendas brasileiras estudamos,
Recontadas por Valdeck Garanhos,
Em verso e prosa da Editora Moderna
Historia do curupira da editora moderna
Historia do curupira, folclore da nossa terra.

É conhecido pelo nosso mundo inteiro
Mudando forma, tamanho e cor do dente,
Mas aqui no nordeste brasileiro,
Tem os pés invertidos e cabelos vermelhos.

As suas formas variam por região
Em Santarém tem quatro palmos de altura
Em Rio Negro é calvo e corpo peludo
No Pará tem orifícios e Solimões é orelhudo

Ecologista por instinto que beleza
Quem se atrever a destruir a fauna e a flora
Fica perdido sem saber o que fazer
Fica desesperado durante algumas horas.

E não importa se é verdade ou se é mentira,
O importante é encantar a nossa gente,
Enriquecer também a nossa cultura,
Despertar a imaginação para as gerações futuras.